Poder e desigualdade: assimetria nas relações interétnicas

Marluce Leila Simões Lopes[1]

Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são invadidos... Dizem que o Brasil foi descoberto. O Brasil não foi descoberto não, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas do Brasil. (Marçal Tupã'i)

Este texto tem como objetivo suscitar algumas discussões sobre as relações entre os diferentes grupos étnicos, tendo em vista a lógica racial dominante na história da humanidade, que instituiu a ideia da hierarquização dos conhecimentos e das culturas. No Brasil, isso ocorreu durante o longo do processo de colonização exploratória e se perpetuou na sociedade brasileira. As terríveis consequências desse fato para as etnias concebidas como inferiores foram se expandindo no decorrer dos tempos - profundas desigualdades geradas na formação de uma sociedade que se desejava *civilizada*[2].

Frente à complexidade das contradições sociais advindas desse cenário instituíram-se critérios de desenvolvimento de sociedade com tipificação e classificação étnica. No contexto político colonial, por exemplo, os indígenas eram retratados de forma estereotipada. Essas representações se solidificaram em toda a sociedade e principalmente em instituições como a escola. (APPLE, 1995), espaço importante para a reprodução de concepções eurocêntricas.

Por meio de sua estrutura curricular, a instituição escolar compõe esta con-

[1]Doutoranda em Educação/Ufes.

[2]Civilidade neste contexto está relacionada ao progresso econômico capitalista, evidenciado por promessas de universalização dos direitos. (TELLES, 2006). Tese que significava a promessa de construção de uma sociedade em que todos tivessem seus direitos garantidos e este ideal não se concretizou. Além desta contradição, desconsideraram-se as especificidades dos diferentes grupos humanos.

juntura histórico-política, quando se permite legitimar conteúdos e práticas pedagógicas eurocêntricas. Proposta essa, que reproduz a invisibilidade ou a inferiorização de conhecimentos e modos de vida não brancos que compõem as sociedades, principalmente a brasileira. Neste texto, pretende-se analisar as implicações dessas representações na política educacional da instituição escolar, pois entendemos que a perspectiva de uma educação para a diversidade coloca em "cheque" argumentos fundamentados no imaginário racial construído no Brasil sobre algumas etnias e suas culturas.

Para a discussão proposta buscamos alguns apontamentos teóricos sobre o *poder simbólico* (BOURDIEU, 2007), sob o ponto de vista das relações interétnicas. Neste sentido, esse autor afirma:

> O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única de sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade (BOURDIEU, 2007, p.117).

Destituídas de reconhecimento, negros, indígenas, ciganos e outros grupos lutam há séculos contra a desumanidade a que foram e ainda são submetidos. Isso porque na lógica racista, esses sujeitos não são percebidos enquanto humanos em suas diversidades, entretanto, são classificados por seus modos de ser e por suas práticas culturais.

Neste texto, a análise da naturalização das desigualdades demarca a condição dos povos indígenas do Brasil. Populações essas, que convivem com a invisibilidade de suas produções científicas e de suas culturas, além de serem representadas nos discursos instituídos como seres exóticos, selvagens e primitivos. Isso nos leva a indagar os fatores que atravessam a gênese desta problemática: as relações de poder entre as diferentes etnias.

A suposta harmonia entre os diferentes grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira se contrapõe à realidade sociorracial de um país que se instituiu enquanto nação, sob uma cena construída ideologicamente como uma estratégia de manutenção e ampliação de poder das classes burguesas (CHAUÍ, 2006). Isso porque as tensões entre povos e etnias impulsionadas por interesses de dominação, provocaram grandes e profundas marcas em diferentes sociedades justificadas por: limpeza étnica, exploração econômica, destituição cultural e/ou religiosa, segregação, enfim,

racismo sob diversas formas. E assim, as diferenças físicas e/ou culturais tornaram-se critérios de dominação, quase sempre com objetivos econômicos. Ações essas pautadas na crença na superioridade de grupos humanos sobre outros ou de um grupo humano sobre os demais.

Esse etnocentrismo se reproduz na medida em que tais crenças ganham legitimidade nos discursos instituídos. Nessa perspectiva, coisificar[3] o outro pode tornar-se instrumento para a dinâmica da dominação e, consequentemente, da desigualdade. Indicadores econômicos e sociais demonstram esta realidade - a situação em que vivem indígenas em diferentes regiões do Brasil, por exemplo, representa as contradições de um país visto como um país de todos, porém, onde os direitos dos povos indígenas, por exemplo, ainda não estão garantidos. Obviamente, a expropriação de diversas formas sofridas por estes sujeitos, ao longo dos tempos, determinaria tal sina.

O processo colonialista exploratório avançou sobre as populações indígenas e desfavoreceu, sobretudo, os valores simbólicos de suas culturas, consideradas inferiores. A trajetória social desses sujeitos ao longo dos últimos séculos foi marcada pela produção de imagens estereotipadas, assim como pela subjugação em relação ao grupo étnico dominante (branco). Não estamos desconsiderando as resistências desses sujeitos, porém, ressaltamos as profundas marcas provocadas pelo longo e violento massacre a que foram submetidos. Além do genocídio, sofreram também pela imposição de modelos culturais europeus, por serem classificados sob critério cultural, em uma lógica hierárquica. (BOSI, 1992). A linguagem dos diferentes povos indígenas, o acúmulo de saberes e experiências e a religião tornaram-se alvo de destruição, pois, desqualificar os conhecimentos produzidos pelos indígenas é parte deste plano de dominação.

Nessa lógica, as formas de construção e organização dos conhecimentos dos povos indígenas são consideradas ilegítimas, já que os saberes produzidos pelos povos indígenas são organizados a partir da cosmologia indígena. Essa especificidade é desqualificada pela visão ocidental, que imprime valor negativo às formas de produção de saber destes grupos.

> Deste modo, os conhecimentos produzidos e transmitidos recebem esta função social e se constituem em um pilar do poder político, portanto, objeto de disputa e manipulação de grupos e indivíduos, o que acaba criando status de poder diferenciado e uma escala de valores subjetivos. Os conhecimentos indígenas são essencialmente subjetivos e empíricos, por

[3]Significa a desqualificação do outro como sujeito de direitos. O outro como "coisa", justificaria a expropriação de sua humanidade. (ARENDT, 2001).

> isso mesmo livres de métodos e dogmas fechados e absolutos, e se garantem na efetividade prática e nos resultados concretos que acontecem no seu cotidiano. (LUCIANO, 2006, p. 171).

O poder exercido pelos europeus no processo de colonização atrelado às representações e discursos que apregoavam a desqualificação de etnias, provocou o empobrecimento das diversas populações indígenas que sobreviveram ao genocídio provocado pelos colonizadores. Prova desse extermínio são os dados demográficos que identificam aproximadamente 5 milhões de índios no Brasil no ano de 1500 e hoje apontam aproximadamente 700.000 índios em todo o país, divididos em diversas etnias e grupos linguísticos, sendo que 49% se concentram na região Norte e 2% na região Sudeste (LUCIANO, 2006).

Além deste cenário de violência, no início do século XX, teorias naturalistas como a eugenia e o darwinismo reforçaram a representação sobre a inferioridade racial dos indígenas. Em conjunto com o Estado, intelectuais da época difundiram a tese de uma suposta verdade sobre a inferioridade de algumas raças e a superioridade da raça branca (SCHWARCZ, 2007). A mestiçagem e a teoria do embranquecimento seriam a alternativa de depuração das raças já que uma sociedade constituída de etnias não brancas estaria relegada ao atraso. Como exemplo, no trabalho antropológico de Lacerda os índios Botocudos eram descritos como de cérebro atrasado e incapazes de serem civilizados.

Ainda no século XX, a teoria do embranquecimento protagonizou a institucionalização de um *ethos* branco na constituição de uma nação que seria ordeira e próspera. Essa farsa alavancou defensores nas mais diversas áreas – política, intelectual, artística. Embranquecer significaria reduzir o índice de nascimento de negros e índios. Nessa concepção racista, a miscigenação entre brancos e negros e/ou o extermínio de indígenas mudaria o cenário racial do país. Nessa perspectiva, um país de negros e indígenas representaria a degeneração de uma sociedade que se desejaria "civilizada", pois, o brasileiro é uma sub-raça mestiça, por descender do índio e do negro. Seria preciso um projeto de embranquecimento da população por meio da imigração europeia. Esses eram os ideais defendidos por pensadores da sociedade da época (CHAUÍ, 2006).

O Estado autoritário institui este projeto de sociedade em parceria com a elite brasileira, pois, o interesse dos grupos dominantes era voltado para a modernização de um país que mergulhava na implementação de sua industrialização e para isso,

teria que manter privilégios e proteger interesses capitalistas que agora se ampliavam.

Isso significou a proliferação de atos racistas que determinaram práticas de segregação, exclusão e violências contra a dignidade humana de negros e indígenas. O racismo representa a negação da alteridade com base na ideologia racial. Significa negar a subjetividade do outro – *anti-sujeito*[4], na medida em que este outro é invisibilizado como sujeito. O *anti-sujeito* desqualifica aquilo/aquele que lhe é estranho. O desconhecido ou não aceito é reduzido, silenciado ou invisibilizado. (WIEVIORKA, 2006).

Isso nos leva a refletir sobre a cidadania dos povos indígenas. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Conferência de Durban (2001), assim como a Constituição Brasileira declaram: "Há que se buscar, sim, cumprir a legislação nacional e aplicá-la aos povos indígenas, visando à sua proteção, resguardados os seus direitos especiais para que se garantam a eles os seus usos, costumes, crenças e tradições". (GUARANY, 2006, p. 161)

Perceber-se superior como humano pode levar pessoas, grupos étnicos, culturas e religiões à manifestações de ódio e exploração. Essas práticas, se estruturadas em espaços privados ou coletivos, ameaçam a integridade dos grupos mais fragilizados socialmente. Canais de divulgação dessa ideia sofreram transformações na história, porém a intenção sempre se manteve – desqualificar para dominar e explorar. Atualmente, a mídia representa um importante instrumento de legitimação ideológica de relações de poder assimétricas entre grupos étnicos.

> [...] a classe burguesa aspira a universalizar sua ideologia". Dessa forma, é pertinente afirmar que, a diferença utilizada como juízo de valor, baseia-se na projeção de um ideário personificado nos modos de ser, que reduz o pertencimento cultural dos sujeitos a uma crença em uma cultura tida como única e aceita pela sociedade em geral. Essa ideologia impõe a neutralização das contradições históricas de povos, etnias e grupos humanos sob a referência de uma cultura dominante. (HELLER, 1992, p. 54).

No contexto das violências raciais podemos destacar duas estratégias de legitimação de relações de poder direcionadas a etnias inferiorizadas no Brasil, neste caso, o poder exercido pelo Estado, por meio de diferentes instituições que permitem a manutenção de serviços públicos precários, dissociados da especificidade das diferentes etnias indígenas existentes no Brasil. A desqualificação do indígena que se reproduziu ideologicamente na sociedade em geral, legitimou a ocupação de espa-

[4] O antissujeito ou não sujeito destitui o outro de sua humanidade na medida em que há a negação da subjetividade deste outro sujeito. (WIEVIORKA, 2006).

ços por não índios, vistos como incapazes de participarem igualmente da construção do país. Desse modo, construiu-se a tese do índio incapaz e tutelado por meio de instrumentos jurídicos. Essa relação de poder e obediência reafirma a hierarquia que se estruturou desde a colonização, situação que ainda não se alterou.

A relação hierárquica entre sujeitos e instituições é uma dos vetores do *poder simbólico*, caracterizado por promover a perpetuação da dominação de um grupo sobre outro, nas instituições e nas relações estabelecidas entre os diferentes (BOURDIEU, 2007). A dimensão política do poder mantém o monopólio cultural e o poder das instituições econômicas que assolam as comunidades indígenas com fins de ampliação de suas atividades exploratórias.

Empresas implantadas em áreas indígenas ou em suas proximidades utilizam de estratégias diversas pelas quais vão se adentrando em territórios indígenas e ao mesmo tempo, tendenciam políticas de enfrentamento com os indígenas na busca de lucro. Os aparelhos midiáticos integram essa rede de proteção do capital em detrimento das comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas. O objetivo é invisibilizar esses grupos visando a garantia da invasão territorial. Para isso, o argumento da não existência dessas etnias é utilizado nos discursos dos que detêm o poder da mídia e contam também, com o poder do Estado, por meio da força policial.

Essa análise nos remete ao norte do estado do Espírito Santo. No município de Aracruz, as aldeias indígenas Tupinikim e Guarani sobrevivem em meio à expansão da empresa Fibria, antiga Aracruz Celulose. Conflitos entre os indígenas e tal empresa prolongam processos judiciais por meio dos quais esses sujeitos exigem a ampliação de território ocupado pela empresa, além de denúncias em relação à discriminação racial na postura da empresa diante da luta dos indígenas.

> A não existência dos povos indígenas continua sendo produzida nos dias atuais. No ano de 2006, a empresa Aracruz Celulose, lançou no Espírito Santo, uma ampla campanha, pelos diversos meios de comunicação, tentando provar que no Estado não existiam mais índios, argumento para tentar justificar seu domínio da área reivindicada pelos Tupiniquim e Guarani. (COTA, 2008, p. 62).

A tese da não existência Tupinikim se reproduz em toda a sociedade local e ganha apoio de empresas da região. Nas frases (em cartazes, outdoors) espalhadas pelo município é possível identificar uma das estratégias de proteção dos interesses

de grupos econômicos na medida em que, dissimulam uma suposta "violência" por parte dos indígenas e certa "fragilidade" das empresas, ou seja, há uma intenção de manipular as informações com o objetivo de manter o poder sobre: a terra, os recursos naturais, o lucro e a opinião pública.

> A FUNAI defende os índios, quem defende nossos empregados?" "A Aracruz trouxe o progresso, a FUNAI, os índios" "Basta de índio ameaçando os trabalhadores"; "Essa agressão a Aracruz Celulose atinge nossas empresas também!"

As ideias revisionistas e negacionistas propõem a revisão ou negação da história de racismo contra etnias. Podemos perceber essa concepção em relação à situação vivida pelos índios Tupiniquim e Guarani no município capixaba de Aracruz: "Faz alguns anos o nítido propósito desses outdoors é fortalecer e reproduzir um ideário de discriminação e preconceito em relação aos índios" (LOUREIRO, 2006 p.05).

A negação da história do outro é uma prática de poder, portanto, afirmar a não existência daqueles que sempre estiveram aqui é uma estratégia de dominação[5]. Podemos compreender então, que o negacionismo objetiva a invenção de uma realidade a favor de uma lógica econômica instituída. As consequências dessa postura político-ideológica alavancam profundas marcas sociais que assolam as comunidades indígenas em todo o país, o que não é diferente em Aracruz. Essa questão nos remete à seguinte tese: "Quem inaugura a negação dos homens não são os que tiveram a sua humanidade negada, mas os que a negaram, negando também a sua". Estas considerações situam a opressão do racismo como uma das artimanhas da dominação. (FREIRE, 1988, p. 43).

A situação social das comunidades indígenas locais pode ser percebida pela precariedade dos serviços públicos, pelo nível de escolaridade, pela realidade dos trabalhadores, enfim, pela extrema desigualdade social em que vivem. Além disso, a ideologia sobre ser índio é de inferioridade em relação a essa etnia. Vistos como seres exóticos, os indígenas são lembrados em data específica (19 de abril) e retratados com estranhamento:

> Desde a primeira invasão de Cristóvão Colombo ao continente americano, há mais de 500 anos, a denominação de índios dada aos habitantes nativos dessas terras continua até os dias de hoje. Para muitos brasileiros brancos, a denominação tem um sentido pejorativo, resultado de todo o processo histórico de discriminação e preconceito contra

[5]A constatação da existência de indígenas no Espírito Santo anterior à colonização está registrada em documentos históricos e antropológicos. "Estima-se a fundação de dez aldeamentos no Espírito Santo, sendo que dois se destacaram predominantemente, que são o de Reritiba,e em seguida Benavente e hoje denominado Anchieta e Aldeia Nova, depois chamada Reis Magos e atualmente Nova Almeida [...] É importante lembrar, porém, que o primeiro aldeamento do Espírito Santo foi fundado em Santa Cruz no ano de 1556." (ALMEIDA, 2007, p. 45).

> os povos nativos da região. Para eles, o índio representa um ser sem civilização, sem cultura, incapaz, selvagem, preguiçoso, traiçoeiro etc. (LUCIANO, 2006, p.30)

A histórica exploração e depreciação a que sempre foram submetidos torna-se um detalhe no discurso da sociedade que ainda acredita na "primitividade" e alienação dos povos indígenas do Brasil. A história contada diz respeito a um cenário imaginado e fixado no imaginário racial instituído. As conquistas alcançadas vieram por meio de movimentos de luta dos indígenas e de outros movimentos sociais.

Os indígenas continuam na luta por território, por suas culturas e tradições. Exigem políticas públicas que considerem suas especificidades. Embora haja avanços no que tange a educação escolar indígena, por exemplo, ainda há demanda de políticas que venham consolidar direitos há tempo a esses negados. O combate à pobreza e às doenças, e ao analfabetismo, por exemplo, exigem um reconhecimento desses povos e investimentos nos vários campos de atendimento a suas necessidades.

O currículo escolar como instrumento de diálogo interétnico

> *Assim, quer gostemos ou não, um poder diferencial intromete-se no âmago das questões de currículo e de ensino. (APPLE)*

Por meio do currículo escolar tem-se negado conhecimentos sobre a realidade histórica e cultural dessas etnias. A prioridade dada pela escola aos conhecimentos dos grupos humanos ocidentais é um dos aspectos reforçadores dos argumentos preconceituosos em relação às diferentes culturas. O continente que favoreceu e incrementou a dominação de etnias ao longo da história – a Europa – é destaque no currículo escolar.

A Lei 11.645 de 10 de março de 2008 inclui no currículo escolar de todas as instituições educacionais, a História e Cultura dos povos indígenas. Essa conquista se deve aos movimentos de resistência frente aos valores eurocêntricos e universalizantes dominantes no currículo escolar das escolas brasileiras. O objetivo é de democratizar a cultura, ao introduzir diferentes perspectivas étnicas e seus valores, no currículo escolar sem que haja uma supervalorização de umas sobre outras. Acredita-se que, deste modo, abrir-se-á a possibilidade de encontros interculturais.

Exigir a visibilidade de sua história e sua cultura no currículo escolar é uma estratégia de resistência frente aos estigmas sofridos pelas populações indígenas. Para Ianni (2004), o estigmatizado, "o estranho" produz outros movimentos, de *consciência para si*, na contramão da história. Esses grupos impõem politicamente a efetivação dos seus direitos frente às concepções estruturadas na sociedade. Lideranças indígenas juntamente com outros movimentos sociais buscam conquistar espaços nas mais diversas áreas. Na educação, insistem na construção de uma educação diferenciada e na valorização de suas culturas nas escolas indígenas e não indígenas, ou seja, avançar no reconhecimento das especificidades dos diversos povos indígenas do Brasil.

No entanto, a visão do indígena nas propostas curriculares das escolas brasileiras é preconceituosa, pois universaliza as diferentes culturas e etnias e concebe esses sujeitos enquanto passivos, incapazes, primitivos, selvagens e exóticos. Além disso, há uma negação e, consequentemente, uma invisibilidade dos valores desses grupos, nos conteúdos escolares.

A associação entre ideologia e currículo, nos leva a problematizar a educação implicada pela representação dos povos indígenas pela visão etnocêntrica. Nessa proposição, os conteúdos curriculares são homogeneizantes, enaltecem personagens e heróis brancos, valorizam a cultura, a religiosidade e a história do branco. (APPLE, 1995).

Diante deste impasse, a Lei 11.645/08 provoca o debate sobre a abordagem dos conhecimentos da história e cultura indígenas no currículo escolar. Democratizar o currículo significa garantir o conhecimento da contribuição dos diferentes povos para o patrimônio da humanidade. Isso nos leva a pensar sobre a necessidade e a urgência da promoção de espaços públicos nos quais a interlocução entre os conflitos emergentes, a justiça e os direitos sociais construam outros modos de interlocução entre as culturas estabelecendo assim, novas sociabilidades (TELLES, 1999).

Na medida em que o currículo escolar e a prática pedagógica estão desvinculadas das contradições humanas, assim como dos conflitos inerentes às relações de poder e de dominação, a visão da naturalização das relações de poder se perpetua. Desse modo, ignorar a opressão que as comunidades indígenas vivenciam há séculos e as demandas oriundas deste processo, acaba por contribuir para a exclusão desses grupos. Nega-se a resistência histórica como instrumento de emancipação.

> É através do conflito que os excluídos, os, impõem seu reconhecimento como indivíduos e interlocutores legítimos, dissolvendo as hierarquias nas quais estavam subsumidos em uma diferença sem equivalência possível (TELLES, 2006, p.101).

Seria possível dissolver hierarquias étnicas por meio de um currículo interétnico? Como a escola poderá desenvolver uma proposta de ensino intercultural? Faz-se necessário reformular a organização curricular tendo em vista as diferentes visões de mundo e incorporar de forma equânime, os valores dos diversos grupos étnicos no currículo escolar. Aparentemente algo simples, mas que exigirá uma transformação em toda a lógica dos tempos e espaços escolares, assim como, a criação de proposta de formação de professores que preencha a lacuna histórica demandada por conhecimentos sobre os diferentes povos e culturas indígenas que a escola sempre negou aos que por ela passaram.

Outro aspecto que merece atenção deriva da perspectiva do universalismo o qual generaliza direitos em detrimento das diferenças entre os grupos humanos. Diferenças que se traduzem em demandas de políticas específicas. Essa *abstrata nudez*[6], (ARENDT, 2001), significa conceber o sujeito enquanto natureza humana, o humano despido de suas diferenciações. Entendemos, porém, que a afirmação da igualdade entre os homens requer considerar a diversidade e reconhecer as necessidades e os interesses dessa diversidade. Essa problemática da universalização permeia o currículo escolar, as práticas educativas e o olhar sobre o ser índio. Afirmações preconceituosas e *atributos depreciativos* (GOFFMAN, 1963) acentuam a discriminação aos povos indígenas.

A aposta em uma educação que tenha como proposição levar os estudantes a conhecer a história e cultura dos povos indígenas pode significar uma possibilidade de reconhecimento da humanidade desses, ou seja, reconhecer no sentido de ver no outro um *alter*, um sujeito de direitos, (ALVES, 2009), parafraseando Maturana, "reconhecer os outros como legítimo outro". Dessa forma, aquele outro, antes concebido como inferior, passa a gozar do direito de ser percebido na sua especificidade, em uma perspectiva de igualdade – igualdade na diferença. Nesse caminho, a interculturalidade pode possibilitar a transformação de relações de poder e hierarquia em indicativos de relações orientadas por princípios humanitários, de diálogos e de respeito entre os diferentes.

A discriminação racial está imbricada nas formas encontradas pelo ser humano de impor sentidos e realidades a seu favor (BOURDIEU, 2007), reiterada pelos discursos assumidos pela instituição escolar. Afirmações preconceituosas sobre os considerados diferentes estão carregadas de significados – justificados e naturalizados pela ideia de que uns nascem com características fenotípicas que desencadeiam naturalmente uma posição na escala social. Lógica racial que se reproduz na medida em que as representações sobre as etnias estão atreladas à valorização ou desqualificação. Vale lembrar os horrores do nazismo e da escravização de povos indígenas e

[6]Crítica à naturalização do sujeito, do ser humano abstrato, despojado de sua especificidade. (ARENDT, 2001).

africanos, justificados biologicamente, até mesmo pela Igreja. O olhar da sociedade sobre os povos indígenas nestes últimos tempos manifesta, ainda, a rejeição a seus modos de produção de conhecimento e cultura.

A expectativa de desconstrução desse imaginário no espaço da escola é um caminho que precisa ser trilhado por aqueles que acreditam no diálogo entre as etnias, como contraponto à naturalização das relações de poder balizadoras das desigualdades. Enfim, possibilitar aos estudantes a apropriação de saberes diversos que vão de encontro ao currículo hegemônico. Instigar a reflexão e exercitar o debate descolonizador da visão de saberes legitimados acende a chama da inquietação sobre as relações de poder e as desigualdades entre os humanos.

Transformar a escola em um lugar de todos pressupõe articular políticas sociais, culturais e educacionais voltadas para a consolidação de uma sociedade que se pretende democrática. Nesse projeto, a instituição escolar pode contribuir para romper com posturas e práticas racistas em relação aos povos indígenas, ao dar visibilidade aos conhecimentos produzidos por esses e que estão no cotidiano, mas não são reconhecidos enquanto patrimônio construído por esses sujeitos – a linguagem, os artefatos culturais, a ciência, a relação com a natureza, a religiosidade.

A implementação dessas políticas será transformadora se expressar as expectativas das comunidades indígenas e estabelecer um diálogo com outras coletividades. Essa interculturalidade abarca o encontro não hierárquico entre as diferentes culturas e etnias. Nesse sentido, a relação entre as etnias seguirá outro curso, por ações empreendidas no processo de reconhecimento e partilha das experiências com outros sujeitos. Experiências pautadas na concepção de interação humana sob o ponto de vista dos direitos humanos, da igualdade, da justiça e do direito à diferença.

Cuiamá

(José Elias/Flávio Vezzoni)

A meia-lua no céu avermelhou.
Ergueu a lua, um canto ecoou.
A liberdade no couro do "tambô".
A lua, girassol, a roda girou.
Floreia pomba, flor do sol,
que cuiamá, no vento, vai dançar
sob o manto da cor da lua.

Os desafios colocados à sociedade brasileira em relação aos povos indígenas atualmente são diversos – a territorialidade, a educação escolar indígena, a linguagem, a saúde, a manutenção de suas tradições. No entanto, toda essa rede de políticas específicas demanda o cumprimento do aparato legal em relação aos povos indígenas, uma vez que o campo jurídico caminha a passos lentos nesta direção, qual seja, a de garantir os direitos das diversas etnias indígenas do Brasil. Não faltam exemplos de expropriação dos direitos dos povos indígenas nas notícias de violências por parte de madeireiros e posseiros em diferentes regiões do país. Constata-se que o poder político das elites brasileiras persiste por meio de mecanismos repressivos ao avanço das reivindicações dos movimentos de resistência dos povos indígenas e de outros movimentos sociais e religiosos, como a Pastoral Indigenista. A liberdade virá no toque do tambor, metaforicamente, no grito de repúdio das populações indígenas frente à invisibilidade da legitimidade de suas lutas.

Avaliação da leitura

Com base no texto e nas referências sugeridas, responda as questões abaixo:

1) Para o colonizador europeu os indígenas eram considerados “animais selvagens” ou seres incivilizados. Explique o que significa “civilizar” os indígenas na concepção dos dominadores?

2) Identifique no texto argumentos etnocêntricos utilizados pelos grupos dominantes que tentam justificar o discurso da naturalização das desigualdades em relação aos povos indígenas.

3) Com o objetivo de obter mais lucro, empresa instalada em área próxima a aldeias indígenas tenta invisibilizar a presença destes grupos, a exemplo do ocorrido no município de Aracruz no estado do Espírito Santo. Discuta com seu grupo de trabalho e descrevam algumas das estratégias utilizadas por esta empresa para a manutenção do poder econômico, assim como, provocar a desqualificação de grupos indígenas que lutam por territórios por esta ocupados.

4) De que forma o currículo escolar reproduz a ideologia etnicorracial preconceituosa contra os povos indígenas e apresente sugestões que visem democratizar o currículo de sua escola.

Exercícios

1) Pesquise os seguintes conceitos: eurocentrismo, interculturalidade e genocídio.

2) Identifique e faça uma análise de imagens e discursos no livro didático que apresentem os povos indígenas. Observe se estas representações são estereotipadas e descreva sua compreensão sobre as mesmas.

3) Pesquise sobre as teorias naturalistas: eugenia e darwinismo no contexto da construção da sociedade que visava a dominação da raça branca.

4) Cite um exemplo que apresente a desigualdade entre brancos e índios na sociedade brasileira atual. Justifique o exemplo apontado.

Sugestão de livros

ALMEIDA, Cristina. A **Consciência argumentativa entre as educadoras Tupinikim de Aracruz - ES que atuam nas primeiras séries do Ensino Fundamental de escolas indígenas.** São Paulo: PUC, Dissertação de mestrado, 2007.

APPLE, Michael. **Repensando a ideologia e o currículo.** In: MOREIRA, Antônio F. e SILVA, Tomaz T. (Orgs.) São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL, MEC. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje Coleção Educação para Todos vol. 12, 2004.

BRASIL, MEC/UNESCO. A **Presença Indígena na Formação do Brasil.** Coleção Educação para Todos vol. 13, 2004.

BRASIL, MEC/UNESCO. **Povos Indígenas a Lei dos "Brancos":** o direito à diferença

CHAUI, M. **Mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COTA, M.G. **Educação escolar indígena:** a construção de uma educação diferenciada e específica, intercultural e bilíngüe entre os Tupinikim do Espírito Santo. Dissertação Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

Sugestão de sites

www.socioambiental.org
www.museudoindio.org.br
www.cimi.org.br
portal.mec.gov.br
www.funai.gov.br
paje-filmes.blogspot.com

Sugestão de vídeos, documentários e filmes

"1492: A conquista do paraíso"
"A Missão"
"Casca do Chão", de Glaysson e Jaciara Caxixó, e "Yiax Kaax", de Isael Maxakali
"Yiax Kaax", filme de Isael Maxakali,

Referências

ALMEIDA, Cristina. A **Consciência argumentativa entre as educadoras Tupinikim de Aracruz - ES que atuam nas primeiras séries do Ensino Fundamental de escolas indígenas.** São Paulo: PUC, Dissertação de mestrado, 2007.

ALVES, Nilda. V Seminário Internacional As Redes de Conhecimentos e as Tecnologias. Apresentação, 2009.

APPLE, Michael. **Repensando a ideologia e o currículo.** In: MOREIRA, Antônio F. e SILVA, Tomaz T. (Orgs.) São Paulo: Cortez, 1995. Não faltou o título do livro?

ARENDT, Hanna. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhia das Letras,1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia.** São Paulo: Cortez, 2006.

COTA, Graça. **O processo de escolarização dos Guarani no Espírito Santo.** UFES: Centro de Educação, 2008. (Tese de Doutorado).

COUTINHO, José M. **Uma história do povo de Aracruz.** Vol. 1: Das origens pré-históricas à conquista do poder político pelos ítalo-brasileiros, Aracruz, ES, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação deteriorada. RJ, ZAHAR, 1988.

GUARANY, Vilmar M. M. Desafios e perspectivas para a construção e o exercício da cidadania indígena. In: **Povos indígenas e a lei dos "Brancos": o direito à diferença.** Coleção Educação para Todos, MEC, 2006.

HELLER, Agnes. **Cotidiano e História.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IANNI, Octávio. **Dialética das relações sociais.** In: I congresso luso-afro- brasileiro de ciências sociais, Portugal: Disponível: http://www.scielo.br/pdf/ea v18n50/a03v1850.pdf. São Paulo, 2004. Acessado em: 28/05/2007.

LOUREIRO, Robson; DELLA FONTE, Sandra S. **Revisionismo histórico e a agenda pós-moderna: reflexões a partir da Teoria Crítica.** Disponível em: http://w3.ufsm.br/senafe/trabalhos/eixo5/eixo5_robsonloureiro.pdf. Acessado em: 30/06/2010.

LUCIANO, Gersem dos S. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC, Coleção Educação para Todos. 2006.

SCHWARSZ, Lilia M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TELLES, Vera da S. **Direitos Sociais:** afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed UFMG, 2006.

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.